*Artigo

# FIM DA ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO

O Brasil passa por período de mudanças tendentes a modernizar e dinamizar a vida política e administrativa no âmbito do governo, por isso acredito ser oportuno repensar e discutir a estabilidade funcional no serviço público. Esse instituto vem do tempo em que a carreira apresentava poucos atrativos em comparação com a iniciativa privada e por isto buscou-se proporcionar alguma garantia ante as incertezas do mercado de trabalho no setor particular. Hoje, a estabilidade tem gerado vícios que visivelmente comprometem a prestação do serviço, daí a necessidade de reconsiderá-la, debatendo a viabilidade de sua extinção ou aplicação de novo ordenamento nas relações de trabalho na área oficial.

É sabido que, com poucas ressalvas, a prestação do serviço público à população é deficiente, morosa e extremamente burocrática com decisões centralizadas sujeitas a uma legislação extensa e complicadora e algumas normas ultrapassadas. A vitalícia garantia do emprego favorece a falta de empenho e a acomodação, produzindo falsa necessidade de mais funcionários para execução das mesmas tarefas. Daí, mais concursos, mais gente contratada que logo estará igualmente desmotivada e acomodada.

Portanto, seria conveniente a adoção de normas que contribuam para motivação funcional e consequente dinamização da atividade sem sistemáticas admissões que incham a máquina e aumentam despesas sem observância do critério custo/benefício. Uma das alternativas pode ser o ganho por produtividade. A iniciativa privada utiliza esse sistema com proveito em termos de aumento da produtividade e da qualidade, com empregados em constantes treinamentos, reciclagem e avaliação séria que resultam em vantagens salariais. No âmbito público, em diversas carreiras isso é possível, como no ensino, no atendimento de saúde. Haveria com certeza maior motivação, mais empenho e participação com ganho para ambas as partes. A ascensão deve ter por base o mérito, a dedicação e a produtividade. É verdade que a administração federal aplica processo de avaliação, porém mais vale para o currículo funcional contando pontos para eventual processo de promoção. Além do mais, não utiliza critérios que assegurem imparcialidade. É a chamada Avaliação 360 Graus, onde, curiosamente, o funcionário participa e avalia a si próprio.

No fundo, tal avaliação não tem nada a ver com ganho por produtividade, um mecanismo tão importante que até os clubes de futebol de ponta, obrigados a altas contratações de profissionais caros passaram a adotar uma tabela especial vinculando o salário do atleta a conquistas do clube que revertam em mais renda, inclusive contratos publicitários e de merchandising.

Um dos problemas do princípio da estabilidade é sua banalização e extensão a categorias que se acham fora do benefício. Isso ocorre ou por decisão dos tribunais superiores ou medidas legislativas. Eis apenas alguns casos: o TST reconheceu estabilidade a uma funcionária municipal do interior paulista contratada pelo regime da CLT; o mesmo tribunal garantiu estabilidade a funcionários com vínculo temporário, dentro de determinadas circunstâncias, e o STF decidiu favoravelmente à estabilidade de funcionários da ECT (Correios) também celetistas, fato este que gerou movimento iniciado pelo Mato Grosso em que empregados de Departamentos de Transito (Detran) exigem o mesmo tratamento. E na Câmara dos Deputados existe um Projeto de Emenda Constitucional (PEC), que a qualquer momento pode ser desengavetada, concedendo estabilidade a servidores públicos em cargos comissionados.

Por enquanto, uma das propostas sobre nova regulação oriunda do legislativo é do deputado João Dado/SP, definindo as atividades consideradas exclusivas de Estado e concedendo a seus ocupantes determinadas prerrogativas, incluindo a estabilidade.

Hoje, o custo da máquina pública com funcionários que exercem atividade-meio ultrapassa o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal criando dificuldades e impossibilitando o governo de melhorar o nível salarial, oferecer gratificações, treinamento e reciclagem àqueles que exercem atividade-fim, ou seja, que tratam diretamente com a população, que atendem às pessoas, pois são esses que efetivamente cumprem o papel do Estado. Os outros burocratizam o serviço e entravam o atendimento público. Deve-se ter em conta que governo existe para atender ao povo.

**Luiz Carlos Borges da Silveira é empresário, médico e professor. Foi Ministro da Saúde e Deputado Federal.**

Diário da Serra
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabíola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Gustavo Rodrigues Pilotti
Reinaldo Manarim Neto
Maykon Henrique Moura
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-57
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

# *Curtas

## Unemat divulga resultado do vestibular 2015/2



A Assessoria de Concursos e Vestibulares (Covest) da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) divulgou nesta sexta-feira, 10, o resultado final do concurso vestibular 2015/2. O cronograma de chamadas e a relação das Secretarias Acadêmicas de cada campi, onde serão realizadas as matrículas, também estão disponível para consulta no Portal da Covest. A matrícula dos candidatos aprovados na primeira chamada ocorre a partir desta segunda-feira, 13, seguindo até sexta-feira,17. A segunda chamada está prevista para 21 de julho. O início do semestre letivo na Unemat é dia 3 de agosto.

Para mais informações acesse www.unemat.br/vestibular e leia os editais na íntegra.

### Jornalismo

A 22ª edição do Prêmio CNT de Jornalismo vai premiar reportagens sobre transporte veiculadas entre 12 de agosto de 2014 e 11 de agosto de 2015. As inscrições estão abertas até o dia 17 de agosto. São seis categorias - Televisão, Impresso, Rádio, Internet, Fotografia e o Prêmio Especial de Meio Ambiente e Transporte.

### Prêmios

Para o Prêmio Especial de Meio Ambiente e Transporte podem participar reportagens de todas as mídias. O trabalho que tiver a melhor colocação entre todos os inscritos vence o Grande Prêmio. No total, serão distribuídos R$ 270 mil, sendo R$ 35 mil para cada uma das categorias e R$ 60 mil para o Grande Prêmio.

### Inscrição

Para se inscrever, os autores (inclusive da Fotografia) precisam ter o registro profissional de jornalista. As reportagens devem ser inscritas individualmente, mesmo quando forem feitas por uma equipe. As inscrições podem ser realizadas pela Internet. Somente para a categoria Televisão, é necessário enviar o material pelos Correios.

### Prêmio CNT

O Prêmio CNT de Jornalismo tem como objetivo estimular, divulgar e prestigiar trabalhos jornalísticos sobre o transporte e também sobre o trabalhador do setor. São premiadas as reportagens que contribuem para o melhor entendimento, pela sociedade e pelo poder público, da importância da atividade do transporte na vida econômica, política, social e cultural do país.

# *Bastidores da Política

### Para comentar

Rogério Silva (Pros) comentou sobre a reunião com a desembargadora Maria Helena Póvoas e do representante da Justiça Federal, doutor Roberto Luiz Luci, com o presidente da OAB em Tangará da Serra, Josemar Carmerino, com o prefeito Fábio Junqueira (PMDB) e o deputado Federal Valtenir Pereira (Pros), vereadores e secretários municipais.

### Posto Avançado

Para o vereador Rogério Silva, a instalação de um posto avançado da Justiça Federal representa o primeiro passo para a instalação definitiva de uma Vara da Justiça Federal na cidade."Ao buscar uma solução para o problema do prédio para a instalação deste posto avançado o prefeito representou exatamente os interesses de Tangará", comentou.

### Mais

"Oferecendo uma área para a Justiça Eleitoral, garantindo o prédio antigo da Vara do Trabalho para o posto avançado da Justiça Federal, tornando possível esta instalação que, para nós, é mais do que um posto avançado, mas sim o primeiro passo para que Tangará da Serra receba a instalação da Vara da Justiça Federal", disse Rogério.

### Antes disso

O vereador lembrou que esteve na capital feral ainda este ano solicitando a instalação do posto avançado, em reunião com o presidente do TRF 1ª Região que, na oportunidade se manifestou favorável, mas demonstrou a necessidade de um local para o funcionamento. "A instalação atenderá uma demanda importante".

### Mais

"Hoje, entre 50% e 60% dos atendimentos são na área previdenciária. Então, isso atenderá essas pessoas que têm poucas condições de buscar seus direitos não reconhecidos através dos órgãos administrativos do INSS, pensão, auxílio doença, aposentadoria e outros, e agora terão acesso á Justiça Federal", destacou o vereador.

### Juri

O vereador disse ainda que outro problema – a falta de um prédio próprio para a realização de Tribunal do Juri em Tangará da Serra – também caminha para uma solução. Na reunião, o representante do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, João Thiago, conversou com prefeito, secretários e vereadores sobre a situação.

### Positivo

"O representante acenou de forma positiva. Disse que o Tribunal tem financeiro para a obra, mas não tem corpo técnico para acompanhá-la. E diante dessa situação, o prefeito demonstrou interesse em conduzir a obra e prestar contas, então é mais uma situação que parece caminhar para a solução", concluiu Rogério Silva.

### Comemoração AL

Em comemoração aos 180 anos da instalação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a Casa promove um seminário que abre a programação referente à data. O primeiro módulo acontece nos dias 14 e 15 de julho. Já a segunda parte da programação acontece no mês de agosto.

## Justiça suspende condenação de ex-vereador



A juíza Vandymara Zanolo, que atua como convocada na 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), suspendeu, em caráter liminar (provisório), a decisão que havia condenado o ex-vereador por Cuiabá, João Emanuel (PSD), pela prática de improbidade administrativa.Na prática, a liminar determina que a punição aplicada ao vereador só terá efeito caso o TJ-MT mantenha a decisão de primeira instância. Até lá, a condenação ficará suspensa."Com essas considerações, sem prejuízo de uma análise mais acurada após as informações do Juízo a quo e resposta do agravado, defiro a antecipação da tutela recursal, para determinar que o recurso de apelação manejado pelo agravante seja recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo", diz trecho da decisão de Vandymara Zanolo.João Emanuel foi condenado, em março deste ano, sob a acusação de ter usado o cargo para obter vantagens pessoais e para terceiros, mediante proposta de fraude em processos licitatórios a empresária Ruth Hércia, vítima do próprio político em esquema de falsificação de escrituras de terrenos.